

Autonomização e institucionalização da Ciência Política brasileira: o papel do sistema Qualis-Capes

Fernando Leite¹
Adriano Codato²

Resumo: O artigo discute a situação atual da Ciência Política brasileira e o papel do Sistema Qualis, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), na composição dessa situação. Afirma-se que o Qualis é um dos principais fatores que orientam e estruturam o processo de autonomização da disciplina. O artigo parte de uma descrição panorâmica da Ciência Política, a partir de estatísticas da pós-graduação. A seguir, apresenta os principais elementos da estrutura do Qualis e discute aspectos que permitem considerá-lo como um importante fator na autonomização da Ciência Política brasileira, ao premiar indiretamente abordagens teórico-metodológicas e visões de Ciência Política que elegem a política institucional como o objeto legítimo de estudo e tratam-na como um objeto autônomo, capaz de determinar a si mesmo, sendo irreduzível a fenômenos de ordens externas, como sociais ou culturais.

Palavras-chave: Ciência Política brasileira; Qualis; institucionalização; autonomização; campo acadêmico.

Abstract: This article discuss the actual situation of the brazilian political science, and the role of the Qualis system from Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) in the composition of this situation. It is said that the Qualis system is one of the most important factors that guides and composes the process of disciplinary autonomization. This work begins from a panoramic description of the political science using as inputs statistical data from post graduation. Following this further, it presents the major elements from Qualis structure and discuss aspects that allow us to treat it as an important autonomization factor for the brazilian political science by indirectly awarding theoretical and methodological approaches and visions of the political science that elect the institutional politics as the rightful object of study and treat it as independent object capable of determining itself been irreducible to phenomenon of external commands as social or culture commands.

Key-words: Brazilian Political Science; Qualis; institutionalization; autonomization; academic field.

¹ Doutorando em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e pesquisador do Núcleo de Sociologia Política Brasileira (NUSP) da mesma universidade. E-mail: ferngutz@gmail.com.

² Professor no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política e no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas na Universidade Federal do Paraná (UFPR) e coordenador do Observatório de Elites Políticas e Sociais do Brasil (<http://observatory-elites.org/>). E-mail: adriano@ufpr.com.br.

Introdução

A Ciência Política brasileira passa, desde os anos 2000, por um rápido processo de reorganização e de autonomização disciplinar. Esse processo de autonomização se dá, fundamentalmente, em duas dimensões: institucional e teórico-metodológica. Do ponto de vista institucional, a autonomização significa criação crescente de cursos de mestrado e doutorado específicos em Ciência Política, o surgimento ou a consolidação de periódicos especializados em temas e objetos “políticos” e pela expansão e estabilização da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP) como entidade legítima e representativa dos cientistas políticos nacionais. Na dimensão teórico-metodológica, autonomização significa o desenvolvimento de teorias, métodos e abordagens que lhe são próprias. Ou melhor: significa a assimilação, pelos cientistas políticos, e pela projeção ao primeiro plano da disciplina de teorias, métodos e abordagens que tratam da política como um universo autorregulado. Tornar uma disciplina mais autônoma significa torná-la irreduzível a outras disciplinas. Objetos especificamente “políticos” (partidos, eleições, parlamentos) são abordados cada vez mais por teorias e métodos especificamente elaborados e adequados para estudá-los.

Para que a Ciência Política se torne uma disciplina mais autônoma (como, de resto, qualquer disciplina acadêmica), é preciso que ela se organize, se expanda e se institucionalize. Ter instituições específicas é uma condição para o estabelecimento de uma profissão e uma identidade disciplinar específicas e, até mesmo, de tradições, escolas e abordagens teórico-metodológicas que lhe são próprias. Institucionalizar uma disciplina equivale a construir um novo subcampo acadêmico, no interior de um campo maior que agrega todas as disciplinas acadêmicas. Construir um novo campo, por sua vez, implica definir, delimitar e distinguir coisas, como definir quais são e quais não são os objetos legítimos de estudo; qual o arranjo institucional no qual se desenvolverão as atividades acadêmicas; quais são as instituições que representarão a área; quais serão os critérios de avaliação e categorização de docentes e discentes; como os recursos serão alocados, etc. Esse processo de delimitação não consiste apenas em estabelecer diferenças, mas em atribuir valores distintos a cada uma delas. Alguns

elementos ocupam uma posição hierárquica maior ou menor do que outros, em função dos princípios que estão organizando o campo e conferindo-lhe uma identidade característica. Assim, uma das principais dimensões desse processo de delimitação e, por meio dele, de institucionalização, é a classificação e hierarquização em termos de poder e prestígio de todos os elementos que compõem o campo, como os agentes, as instituições e as ideias.

À medida que nossa Ciência Política se expande e se institucionaliza, aumentam as chances de que ela se torne uma disciplina autônoma, isto é, irreduzível, tanto em sua dimensão organizacional como em sua dimensão teórico-metodológica, a outras disciplinas (Sociologia, Economia, Filosofia, História, etc.)³. Nesse sentido, acreditamos que o Sistema Qualis, da Capes, criado para avaliar a produção acadêmica das disciplinas universitárias no Brasil através da sua divulgação em periódicos especializados, é um dos principais fatores que, em paralelo à expansão e a institucionalização, orientam e definem o processo de autonomização da Ciência Política brasileira numa certa direção.

I. A expansão da Ciência Política brasileira

A institucionalização é a condição fundamental para que uma disciplina acadêmica torne-se relativamente autônoma diante das demais. Os principais indicadores da institucionalização de uma disciplina podem ser de natureza morfológica. Por exemplo: (i) a quantidade de programas de pós-graduação específicos na área de conhecimento; (ii) a quantidade de mestres e doutores formados nesses programas; (iii) a quantidade de periódicos especializados na área; e (iv) a criação de organizações de representação acadêmica e de eventos de circulação de ideias e de estudantes e profissionais da área, entre outros fatores.

Embora os primeiros programas de pós-graduação tenham sido fundados ao final da década de 1960 – o curso de mestrado do Departamento de Ciência Política da UFMG, em 1967, e o do Iuperj, em 1969 (FORJAZ, 1997) –, a

³ Para um reconhecimento da influência das outras disciplinas sobre a Ciência Política brasileira, ver o Comunicado n. 003/2012 – área Ciência Política e Relações Internacionais. **Considerações sobre a multidisciplinaridade e interdisciplinaridade na área.** Brasília, 3 abr. 2012.

institucionalização da Ciência Política brasileira é tardia quando comparada com a Sociologia, por exemplo. Na década de 1970 há a criação de dois novos programas: mestrado na UFRGS, em 1973, e mestrado e doutorado na USP, em 1974. Na década de 1980 são fundados mais quatro cursos: na UFPE em 1982 (mestrado em Ciência Política); na Unicamp em 1984 (mestrado em Ciência Política); na UnB em 1984 (mestrado em Ciência Política) e na UFSC em 1985 (mestrado em Sociologia Política). Na década de 1990 fundam-se programas interdisciplinares na UFF em 1994 (mestrado em Antropologia e Ciência Política), na UFMG (doutorado em Sociologia e Ciência Política) e na UFSC em 1999 (doutorado em Sociologia Política). Na década de 1990 o programa de pós-graduação da UFRGS é ampliado, oferecendo um doutorado em Ciência Política. É o único curso específico instituído durante a década de 1990 (TRINDADE, 2008).

Fundada em 1986, a Associação Brasileira de Ciência Política apenas viria a realizar o seu primeiro congresso em 1996 – fato que significa um momento decisivo para o estabelecimento da Ciência Política brasileira, depois dos cursos da UFMG e do IUPERJ e da sua expansão para a USP e demais universidades⁴. Congressos e outros eventos acadêmicos estimulam a geração e a circulação de pessoas e de ideias e maior conhecimento entre instituições. Em setembro de 2012 a ABCP contava com cerca de 750 sócios. Para seu 8º. encontro científico, em agosto de 2012, foram submetidos 963 trabalhos em 12 subáreas de conhecimento diferentes e selecionados 502 *papers* para apresentação de resultados de pesquisas⁵.

Embora a criação de cursos e de programas de pós-graduação não fosse uma política explícita das primeiras diretorias da ABCP, o fato é que durante a década de 2000 há a instituição de oito novos cursos, todos especificamente de Ciência Política: UFRJ em 2001 (mestrado), UFPE em 2002 (doutorado), UFF em 2006

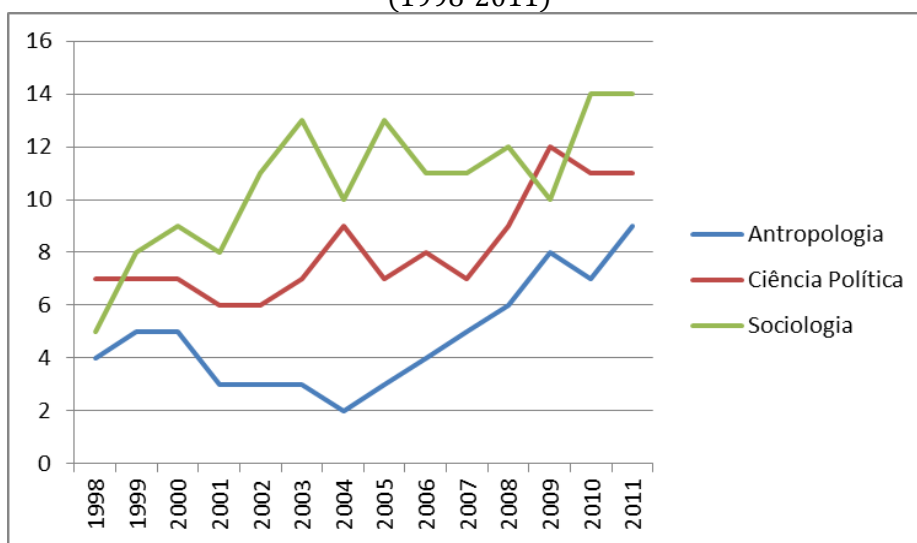
⁴ A primeira da tríade disciplinar das Ciências Sociais a possuir uma organização própria que congregasse seus praticantes por meio da promoção de atividades de integração e divulgação, como eventos e encontros acadêmicos, foi a Sociologia. A Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS) foi fundada em 1948 e realizou seu primeiro congresso em 1954. A Antropologia viria logo em seguida, com a Associação Brasileira de Antropologia (ABA) sendo fundada em 1955, precedida, em 1953, pela Reunião Brasileira de Antropologia (RBA). Cf. Miceli (2001) e Lamounier (1982, p. 407-430).

⁵ **BOLETIM ABCP.** Agosto - Setembro/2012, p. 3 e 7, respectivamente. O Encontro de Gramado teve 756 participantes de 24 estados assim distribuídos: 45% de mulheres e 55% de homens; entre 21 e 30 anos (36%) e 31 a 40 anos (24%) Doutores docentes do ensino superior foram a maior parcela de participantes, com 36% do total, e mestres foram 22%.

(doutorado), UFMG em 2006 (doutorado), UFSCAR em 2007 (mestrado e doutorado), UFPA em 2008 (mestrado), UFPR em 2009 (mestrado) e UFPI em 2009 (mestrado) (TRINDADE, 2008). Em 2010 foi criado o programa de pós-graduação em ciência política na UFPel (mestrado) e em 2011 na Universidade Federal de Goiás (mestrado). Isso revela o adensamento institucional, a amplitude geográfica e a quantidade de recursos humanos hoje disponíveis na área. Se se consideram também os programas em Relações Internacionais, em 2011 já havia, no total, 31 cursos de mestrado e 15 cursos de mestrado e doutorado contra apenas 13 mestrados e 6 mestrados/doutorados em 2004. Assim, entre 2005 e 2011, num intervalo muito curto de tempo, “registrou-se um crescimento de 138% no número de Programas com Mestrado, variação ainda mais significativa quando leva-se em conta o crescimento de cursos de Doutorado na área (150%). Estes números situam-se bem acima da expansão registrada para o conjunto do Sistema de Pós-Graduação no país, que foi de, respectivamente 59,7% (M) e 63,9% (M/D)”⁶.

Se compararmos a evolução do número dos cursos de mestrado da Ciência Política, Sociologia e Antropologia, na série disponível pela Capes, teremos o seguinte:

Gráfico 1 – Evolução do número de Programas de Pós-Graduação com Mestrado (1998-2011)

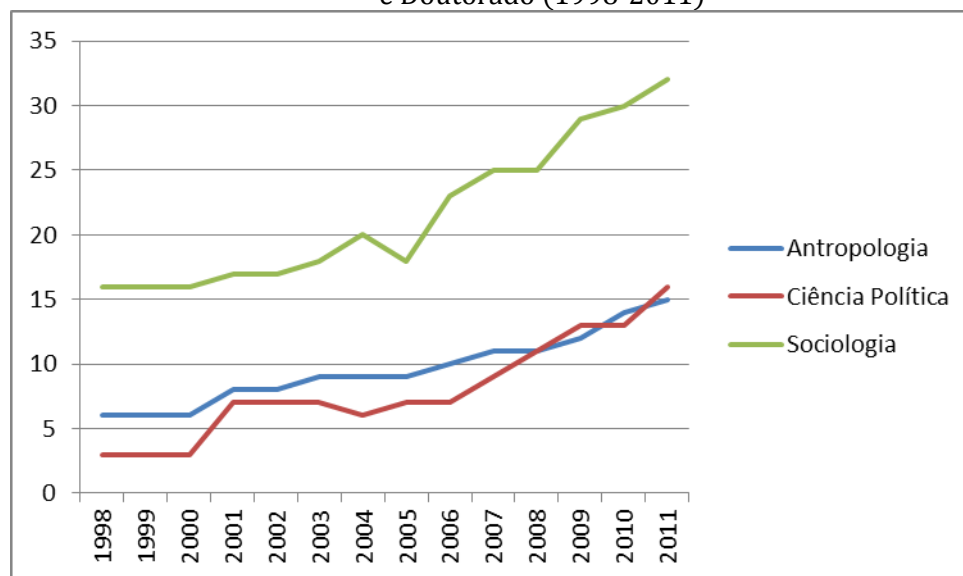


Fonte: Capes (2011).

⁶ Comunicado n. 001/2011 - Área de Ciência Política e Relações Internacionais. **Balanco e Perspectivas da área de Ciência Política & Relações Internacionais**. Brasília, 27 out. 2011, p. 2.

Já para os programas de pós-graduação com mestrado e doutorado, a curva da Ciência Política inclina-se a partir de 2006, chegando a ultrapassar a Antropologia:

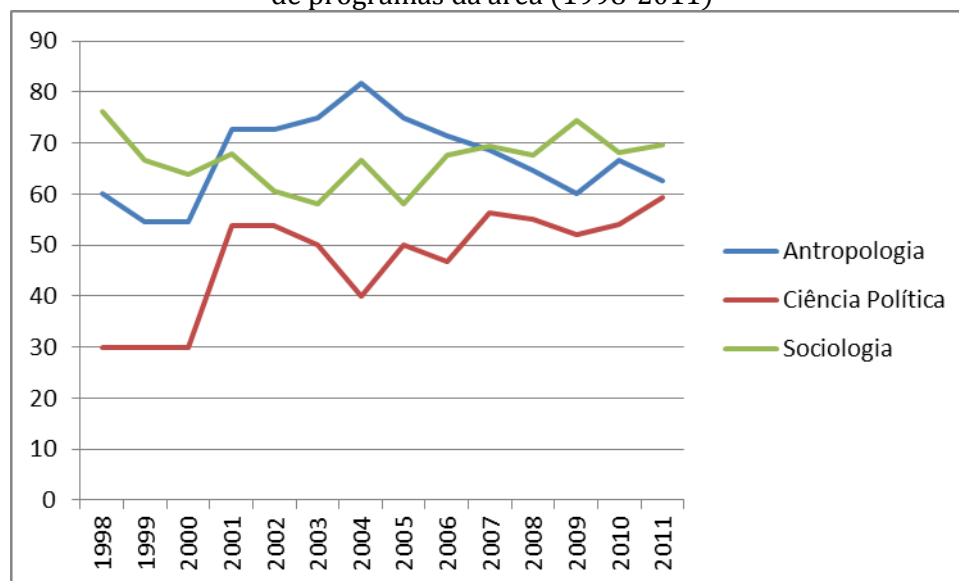
Gráfico 2 – Evolução do número de Programas com Mestrado e Doutorado (1998-2011)



Fonte: Capes (2011).

Veja-se como a Sociologia não tem muito mais programas com mestrado do que a Ciência Política; inclusive, em 2009 a Ciência Política chegou a superá-la nesse indicador. Contudo, ao considerarmos os programas com mestrado e doutorado, durante toda a série a Sociologia tem, em média, aproximadamente três vezes mais programas do que a Ciência Política. Se compararmos com a Antropologia, a Ciência Política tem *mais* programas com mestrado, mas, até 2008, *menos* programas com doutorado. Essa situação faz parte da institucionalização tardia da Ciência Política: à medida que uma disciplina se expande e os programas se fortalecem, eles tendem a fundar cursos de doutorado. A Sociologia e a Antropologia estavam mais avançadas nessa conversão, como se pode verificar no gráfico a seguir, que apresenta o percentual de programas com mestrado e doutorado dentre o total de programas de pós-graduação de cada disciplina.

Gráfico 3 – Percentual de Programas com Mestrado e Doutorado no total de programas da área (1998-2011)



Fonte: Capes (2011).

A conversão dos programas com apenas mestrado em programas com mestrado e doutorado acelera-se na Ciência Política a partir de 2006. Assim, se no início da série a Sociologia tem 5,3 vezes mais programas com doutorado do que a Ciência Política, ao final da série essa diferença cai para duas vezes; e a Ciência Política chega a nivelar-se com a Antropologia. A nosso ver, a tendência é que os programas fundados no decorrer da década de 2000 abram cursos de Doutorado durante a década de 2010 e que a taxa aproxime-se da Sociologia, na casa dos 70%.

Esse percentual pode servir como um indicador para medirmos o grau de institucionalização de uma disciplina no contexto atual, no qual a produção acadêmica e a inserção profissional no campo acadêmico dependem, em primeiro lugar, da obtenção do grau de doutor.

Contudo, quais seriam os fatores responsáveis por *estruturar* o campo da Ciência Política? E como esses fatores podem estar relacionados com a autonomização disciplinar da Ciência Política? Em paralelo ao Sistema de Avaliação da Pós-Graduação, o Sistema Qualis, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), é, a nosso ver, o mais importante. O que é, aliás, explicitamente reconhecido pelos dirigentes da área na Capes. Entre os desafios para a consolidação da Ciência Política no Brasil está a

“internacionalização” da área. Um dos instrumentos para isso será a “Utilização do Qualis como mecanismo de indução de publicações nas principais revistas científicas na área, valorizando especialmente a publicação em periódicos internacionais com fator de impacto significativo”⁷.

II. O Sistema Qualis

O Qualis consiste, fundamentalmente, em uma metodologia de avaliação. Trata-se de um conjunto de definições e formas de classificação que determinam o valor dos elementos que compõem a produção acadêmica, como a qualidade dos periódicos e dos livros⁸. Como os Programas de Pós-Graduação são a principal instância de formação dos produtores e os periódicos o principal veículo de publicação da produção, decorre que o Qualis tende a ser, ao lado da Avaliação da Pós-Graduação, o principal fator de hierarquização do campo acadêmico brasileiro e, conseqüentemente, da Ciência Política. O Qualis acaba definindo, indiretamente, para onde o campo deve ir, já que agentes e instituições têm de seguir suas demarcações e suas classificações da produção científica para assimilarem e acumularem o capital acadêmico necessário para conduzir suas atividades intelectuais, em particular a progressão (simbólica, inclusive) na carreira, a alocação de recursos e a obtenção de financiamento de pesquisa – sem os quais saem prejudicados o estudo, a pesquisa e a reflexão dos temas e objetos de interesse. A força normalizadora do Sistema Qualis é tal que, mesmo que não as aceitem, os agentes do campo são obrigados a confrontar essas definições, caso desejem sobreviver no campo⁹. Não é possível entender a evolução da Ciência Política sem considerar a influência do Qualis. Nas próximas seções, vamos expor

⁷ Comunicado n. 001/2011 - Área de Ciência Política e Relações Internacionais. **Balanço e Perspectivas da área de Ciência Política & Relações Internacionais**. Brasília, 27 out. 2011, p. 8.

⁸ A partir de 2010, o Sistema Qualis passou a avaliar também livros, incorporando essa forma de produção acadêmica, e, desse modo, a fração de acadêmicos que privilegiam esse tipo de produção. Ao mesmo tempo, por meio dessa assimilação o Qualis amplia seu escopo de influência, aumentando, assim, seu peso na determinação dos valores dos componentes do campo acadêmico, em particular o valor da produção acadêmica.

⁹ Um exemplo da força do Qualis sobre o comportamento dos agentes pode ser lida no artigo-protesto de Silva (2009).

os principais elementos de sua estrutura e seu uso na área de Ciência Política e Relações Internacionais.

O Sistema Qualis está construído sobre os seguintes elementos: o Conselho Técnico Científico da Educação Superior (CTC-ES), as “comissões de área” da Capes, os “coordenadores de área” e os “comitês avaliadores” de cada área de conhecimento¹⁰.

O CTC, instituição ligada à Capes e ao Ministério da Educação, define as diretrizes operacionais do Sistema Qualis, como, por exemplo, critérios comuns de avaliação (“relevância da obra”, “inovação”, “potencialidade de impacto”, indexação em bancos de dados internacionais, percentual de artigos inéditos, etc.), elabora manuais descrevendo o procedimento da avaliação, formulários e fichas com os itens a serem preenchidos, entre outros. Os coordenadores de área podem, a partir daí, adaptar alguns parâmetros para a realidade da sua respectiva área, embora a margem de manobra não seja muito grande. De toda forma, são essas adaptações que permitem criar mecanismos de indução, como se verá adiante.

Em 6 de maio de 2008 (CAPES, 2008), o CTC fez uma reunião com os coordenadores de área e, juntos, definiram as diretrizes operacionais do Sistema Qualis. Uma dessas diretrizes foi a redefinição dos estratos em que os periódicos seriam, a partir de então, alocados. Na reestruturação aprovada em 2008 foram determinados oito estratos: A1, A2, B1, B2, B3, B4, B5 e C. Entre outras diretrizes, certas regras para preencher esses estratos também foram estabelecidas, e foi fixada a obrigação de o número de periódicos componentes dos estratos superiores (A1 e A2) não superar 25% do universo de periódicos presentes na lista de revistas indicadas pela área; igualmente, a soma dos periódicos nos estratos A1+A2+B1 deveria ser sempre menor do que 50% do total de revistas constantes da relação da área.

Essas são injunções gerais a todas as áreas de conhecimento definidas pela Capes. Contudo, cabe a cada área determinar exatamente quais os itens utilizados para classificar os periódicos e decidir quem – quais periódicos – irá compor cada estrato: pode-se, por exemplo, determinar que um periódico “A1” precisa obter um

¹⁰ A Tabela das Áreas de Conhecimento pode ser consultada em Capes (2009).

valor mínimo no fator de impacto¹¹ durante determinado período. Ou pode-se usar o fator *h* (HIRSCH, 2005); ou ter um número mínimo de artigos de autores ou coautores estrangeiros, etc.

Cada área do conhecimento é representada na Capes por uma comissão de área. O coordenador de área preside essa comissão e indica os membros do comitê avaliador dos periódicos. Ele leva em conta, basicamente, a experiência científica dos indivíduos, sua representação institucional e a garantia que as diferentes subáreas (no caso, Ciência Política e Relações Internacionais) estejam representadas nesse comitê¹². Ainda que o coordenador de área não tenha o poder de definir sozinho os critérios globais de avaliação dos periódicos, é possível que ele influencie indiretamente a aplicação desses ao indicar os responsáveis por fazê-lo. Não encontramos qualquer informação¹³ que estipulasse que, no ajuste desses quesitos, deveriam ser consultados os coordenadores dos programas de pós-graduação. Isso significa que não há garantia de que os critérios sejam deliberados pelos programas e, por meio deles, pelos seus docentes e pesquisadores. Os próprios coordenadores dos programas não têm qualquer influência seja sobre a elaboração dos critérios, seja sobre seu ajuste à realidade da área, já que o coordenador de área não indica os membros do comitê negociando com a comunidade acadêmica¹⁴.

O coordenador tem poderes específicos, inclusive o de indicar um *journal* para compor a lista de periódicos classificados da área. Por outro lado, se um docente de Programa de pós-graduação publica em uma dada revista científica e sua produção aparece no relatório do seu Programa para a Capes, o comitê deve classificar em algum nível essa publicação (A1, A2, B1, B2, B3, B4, B5 ou C).

¹¹ O fator de impacto dos periódicos é igual ao número de citações recebidas num determinado período dividido pelo número de artigos publicados pelo periódico durante o mesmo período.

¹² Entrevista. 15 maio 2013.

¹³ São eles: Capes (2008), Fórum... (2008), Revista de Sociologia e Política (2009) e ABCP (2009).

¹⁴ “No triênio 2007/2009 havia um comitê de área fixo, formado exclusivamente por indicação do coordenador de área. Os subcomitês do Qualis, livros e periódicos, eram indicações *ad hoc* também do coordenador. Para o triênio 2010/2012 a CAPES produziu várias regras para balizar a formação do comitê [de avaliação da produção científica]. Durante o triênio, esse comitê não teve caráter fixo. Passou a ser formado por indicações *ad hoc* para cada tarefa, particularmente para as avaliações do Qualis. Já para a formação do comitê da trienal, a CAPES pediu ao coordenador de área que nomeasse 22 membros, entre os quais a diretoria de avaliação da CAPES iria escolher 11. Ou seja, a regra geral para as áreas foi pedir ao representante que nomeasse 2 x *n* membros, obtendo de antemão seu aceite, para no fim formar um comitê com *n* membros”. Entrevista. 16 maio 2013.

O documento *Perguntas Mais Frequentes* (“FAQ”), do Qualis, detalha uma informação importante a respeito da composição da Lista de Periódicos:

“Gostaria de saber como faço para indicar um periódico para o Qualis das Áreas?”:

Existem duas formas para um periódico ou outro veículo ser inserido na lista Qualis de uma área. Primeiro, pela declaração de um dos programas de pós-graduação reconhecidos pela Capes, quando do preenchimento do Relatório Anual da CAPES (Coleta de Dados), de que seus docentes, discentes ou pesquisadores publicaram artigos científicos no veículo. Adicionalmente, esse veículo precisará passar por processo de (1) padronização pela Capes - no caso de periódico, checagem de que realmente existe e que o código de ISSN e título são válidos - (2) classificação - receber os atributos de qualidade - e, finalmente, (3) ser indicado pela área de avaliação para participar da lista de veículos publicados no Qualis das Áreas.

Uma segunda forma de um veículo figurar na listagem é por indicação direta do Coordenador de Área, em virtude da relevância qualitativa do veículo. Nesse caso, o Qualis está sendo utilizado como indutor de publicação de qualidade em veículos de qualidade reconhecida, independente desse veículo já ter sido, ou não, utilizado para divulgar a produção bibliográfica de algum Programa. Tal indicação, após a devida padronização e classificação, é incluída no Qualis das Áreas. Em ambos os casos, a classificação e divulgação ocorrem anualmente. (CAPES, 2009c, p. 3; grifos nossos).

III. Os critérios do sistema Qualis da área de Ciência Política e Relações Internacionais

As variáveis consolidadas pela área que representa os Programas de Pós-Graduação em Ciência Política e Relações Internacionais em janeiro de 2013 para discriminar o valor dos periódicos científicos no estrato “publicação qualificada” são as seguintes¹⁵:

Quadro 1 – Critérios para avaliação de periódicos Qualis-Capes – Ciência Política

A1	O periódico deve: - estar indexado na base <i>SciVerse Scopus</i>¹⁶; - publicar 100% de artigos originais; - publicar pelo menos 30% de artigos originais por ano com a participação de autores estrangeiros; - ter seu Conselho Editorial formado por autores internacionais renomados; - ser auditado por indicadores como o <i>Journal Citation Reports</i> (JCR), da Thomson¹⁷, ou o <i>SCImago Journal & Country Rank</i> (SJCR), da Scopus, que permitam mensurar fator de impacto dos artigos;
-----------	--

¹⁵ As informações a seguir foram retiradas do documento Comunicado n. 001/2013 - Área de Ciência Política e Relações Internacionais. **Atualização do Webqualis da Área – ref. 2011**. Brasília, 8 jan. 2013.

¹⁶ *Scopus* é uma base de dados de referências e de citações de artigos de periódicos científicos revisados por pares da comunidade. Abrange quase 19 mil títulos de mais de 5 mil editoras cobrindo revistas publicadas em 40 idiomas. É propriedade da Elsevier e a base de dados é disponibilizada na Web no seguinte endereço: <http://www.scopus.com/> Indexa mais de 6 mil periódicos na área de Ciências Sociais.

	- submeter os artigos ao sistema de revisão duplo-cego (onde o parecerista não conhece a identidade do autor e o autor não conhece a identidade do parecerista); - publicar pelo menos 85% de artigos de autores não vinculados à instituição que edita a revista - para o caso de revistas internacionais (isto é, não brasileiras), o SJR medido pela Scopus deve ser > 0.030.
A2	O periódico deve: - estar indexado na base <i>SciVerse Scopus</i>; - publicar 100% de artigos originais; - publicar pelo menos 15% de artigos originais por ano com a participação de autores estrangeiros; - ser auditado por indicadores como o JCR ou o SJR que permitam mensurar fator de impacto dos artigos; - ser publicado por instituição de pesquisa, pós-graduação <i>stricto sensu</i>, ou sociedade científica; - submeter os artigos ao sistema de revisão duplo-cego (onde o parecerista não conhece a identidade do autor e o autor não conhece a identidade do parecerista); - possuir periodicidade mínima semestral; - publicar pelo menos 85% de artigos de autores não vinculados à instituição que edita a revista.
B1	O periódico deve: - estar indexado na base <i>SciVerse Scopus</i> ou SciELO¹⁸; - ser publicado por Programa de Pós-Graduação <i>stricto sensu</i> com conceito na Capes 5, 6 ou 7; ou - ser publicado por instituição de pesquisa, pós-graduação <i>stricto sensu</i>, ou sociedade científica e adotar o sistema de revisão dos artigos por pares da comunidade científica; - possuir periodicidade mínima semestral; - publicar pelo menos 60% de artigos de autores vinculados a pelo menos quatro instituições diferentes daquela que edita a revista.

O comitê de área da Ciência Política e Relações Internacionais estipulou que apenas 18,3% dos títulos onde os autores publicam seriam classificados como A1 e A2 (abaixo, portanto, dos 25% permitidos pela orientação da Capes). Além disso, decidiu-se que dos 545 periódicos que constavam do Qualis de CP e RI no triênio 2007/2009, apenas 9,1% das revistas teriam o status A1 e apenas 18,4% o status A2¹⁹.

Outra política indutora foi classificar poucos periódicos brasileiros como A1 e A2 no triênio 2010/2012. Dos 56 periódicos em A1, apenas 3 são brasileiros (*Dados*, *Opinião Pública*, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*). Das 57 revistas no estrato A2, há somente 9 brasileiras. Entre essas nove, há dois periódicos especializados em Relações Internacionais (*Contexto Internacional*, *Revista Brasileira de Política Internacional*), dois periódicos com uma linha editorial

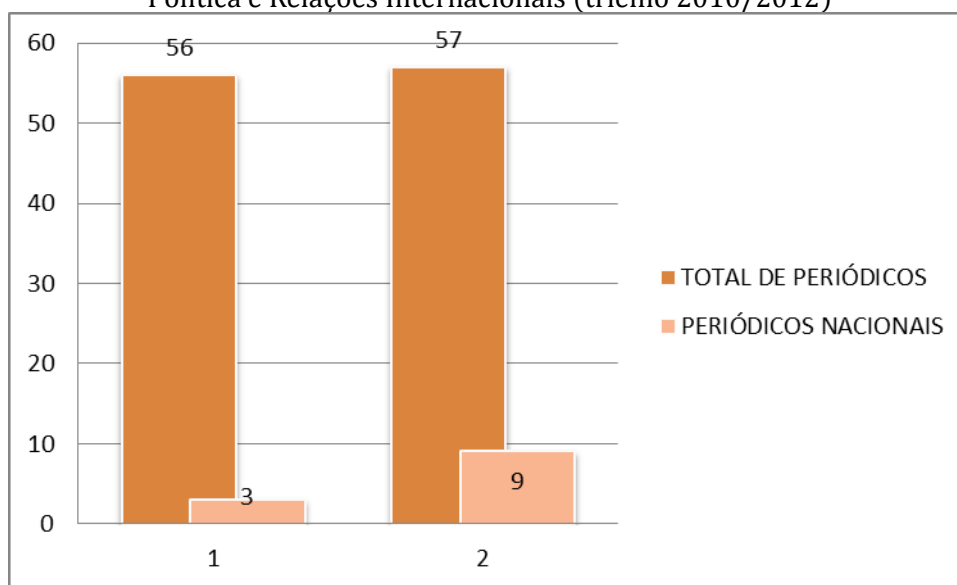
¹⁷ O Fator de Impacto da Thomson Scientific (ex-ISI) calcula para cada uma das revistas indexadas no *Journal Citation Reports* (JCR), a média de citações recebidas no ano de referência pelos artigos publicados nos dois anos anteriores. Para uma explicação detalhada, ver Hubbard e McVeigh (2011).

¹⁸ A Scientific Electronic Library Online (SciELO) é uma biblioteca eletrônica que abrange uma coleção selecionada de periódicos científicos. Página na Web: <http://www.scielo.org>

¹⁹ Comunicado n. 001/2011 - Área de Ciência Política e Relações Internacionais. **Balanco e Perspectivas da área de Ciência Política & Relações Internacionais**. Brasília, 27 out. 2011, p. 5.

menos específica em ciência política (*Cadernos de Saúde Pública; Estudos Avançados*), dois títulos na área de Administração/Economia (*BAR. Brazilian Administration Review; Revista de Economia Política*), e apenas três revistas que publicam artigos especificamente em Ciência Política: *Brazilian Political Science Review; Lua Nova; Revista de Sociologia e Política*.

Gráfico 4 – Distribuição de periódicos nacionais pelos estratos A1 e A2 – área de Ciência Política e Relações Internacionais (triênio 2010/2012)



Fonte: Webqualis. Elaboração dos autores.

IV. O Qualis e a hierarquia da produção acadêmica

Os dados e parâmetros apresentados acima contêm implicações importantes sobre a influência do Qualis na determinação da hierarquia do campo e de sua produção acadêmica.

O valor acadêmico atribuído aos artigos publicados depende da classificação do periódico em determinado estrato. Por esse motivo, a posição do periódico no Qualis é o fator mais importante na definição do valor acadêmico de um determinado artigo, já que o valor do artigo está formalmente vinculado ao valor do periódico. Assim, pelo menos a partir do Qualis, o valor no mercado acadêmico de um artigo publicado em uma revista “A1” é superior ao de outro publicado em uma revista “B1”, não importando a influência intelectual potencial de cada um, a reputação do autor, sua filiação institucional ou a avaliação subjetiva dos pares

sobre a qualidade da pesquisa em si. Ou seja: segundo critérios reconhecidos pelo campo, ou melhor, elaborados por suas instâncias hegemônicas, o Qualis reconhece, nos periódicos, um conjunto de *atributos acadêmicos e intelectuais* e os transmite aos artigos. Lateralmente, isso pode ter um efeito equalizador sobre o campo, se os periódicos garantirem a avaliação duplo-cego e os editores não promoverem favorecimentos: autores sem grande capital institucional podem publicar os resultados de suas investigações em revistas de prestígio, acumulando pontos para avançar na carreira independentemente de patrões e patronos.

Como fica claro, o Qualis é um mecanismo *formal* de geração e transmissão de capital acadêmico. Evidentemente, ele não é capaz de, sozinho, opor-se a mecanismos informais de reconhecimento e produção de prestígio operantes, em particular, no capital simbólico associado a *indivíduos*, como a trajetória acadêmica e até a atuação fora do campo acadêmico, como a atividade burocrática em agências de representação ou de governo e a produção jornalística, literária e outras formas de produção cultural não acadêmica ainda prestigiosas no campo das Ciências Sociais e Humanidades em geral²⁰. Para não fugirmos do âmbito da produção acadêmica, poderíamos citar o vínculo institucional como uma fonte informal de alto/baixo capital acadêmico – donde a razão de a distância real entre um periódico como *Dados* (A1) e *Revista de Sociologia e Política* (A2) ser bem maior do que os 15 pontos que os separam na escala do Qualis – distância essa que envolve o vínculo institucional de cada um (IESP e UFPR) e seus pesos relativos na história da construção do campo da Ciência Política no Brasil e na capacidade de distribuição de prestígio que implica pertencer a uma escola ou a outra.

Há, por sua vez, outro aspecto que interessa a este artigo. Dado que os periódicos hoje dependem cada vez mais do Qualis para sobreviver no campo acadêmico – assim como os produtores dependem cada vez mais de publicações nos periódicos mais bem avaliados para sobreviverem com sucesso no campo acadêmico – decorre que o Qualis é o fator mais relevante, isto é, eficaz, na determinação da hierarquia da produção acadêmica, sendo capaz de promover certos posicionamentos teórico-metodológicos em prejuízo de outros. Quanto mais

²⁰ Nesse sentido, e só nesse sentido, determinados indivíduos ainda podem, na prática acadêmica e intelectual, privilegiar periódicos menos valiosos (do ponto de vista do Qualis) em função de seu capital pessoal.

frequente um tipo de abordagem em periódicos mais bem avaliados, mais a chance dela se tornar dominante e deslocar para segundo plano suas concorrentes. É o que parece estar acontecendo com as abordagens que identificam o objeto da Ciência Política com a política institucional e com a necessidade de tratar a política institucional em seus próprios termos, isto é, como um universo relativamente autônomo diante dos determinantes sociais, culturais, econômicos, etc. Assim, uma Ciência Política autônoma institucionalmente exige e impõe um tratamento da política como dimensão autônoma da vida social. Expliquemos.

A autonomização é o processo em que um dado campo torna-se irredutível a outro, regido por “leis próprias”, o que no caso da Ciência Política equivale a instituições acadêmicas fortes, numerosas, representativas e independentes – e teorias, métodos e abordagens teórico-metodológicas específicas, ajustadas a um objeto exclusivo. Nesse caso, considerando o contexto do qual surgiu a Ciência Política brasileira, ela teria de se autonomizar, sobretudo, das “Ciências Sociais” – da Sociologia, em particular. Como não faz sentido a existência de uma disciplina autônoma sem que o seu objeto seja autônomo. Um objeto é autônomo quando as causas que o determinam ou as propriedades que lhe conferem a sua natureza encontram-se nele mesmo, em seu interior, e não fora. Assim, os cientistas políticos precisariam delimitar seu objeto de estudo, isto é, *o que é o “político”*, de uma forma que o “político” seja (ou pareça) independente de outros objetos, isto é, de objetos não políticos. Faz todo o sentido, assim, definir o “político” em função da política institucionalizada.

Estudar a política institucionalizada, contudo, não garante a autonomia do objeto “político”. É possível tomá-la como objeto e não a tratar como um objeto autônomo, submetendo-a, por exemplo, a ordens de fenômenos “societais” e “econômicos”, como em certas abordagens marxistas ou “societais” – o que equivale a tratar o “político” como “variável dependente” de outras ordens de fenômenos (sociais, econômicos, culturais, etc.), tomados como “variáveis independentes”.

Assim, nesse embate, também faz todo o sentido tratar a política institucionalizada como um objeto autônomo, por exemplo, explicando os fenômenos políticos assim definidos em função de propriedades internas, como os

arranjos institucionais. Nesse modelo de Ciência Política, não olharíamos para elementos exteriores à arena da política institucionalizada e, ao mesmo tempo, também não olharíamos para elementos exteriores à arena da política institucionalizada para *explicá-la*.

Esse seria um *modo de produzir* Ciência Política apropriada a uma *disciplina autônoma* de Ciência Política: existe um objeto político “autônomo” e, portanto, é justificável, academicamente, o estudo desse objeto por meio de uma disciplina igualmente autônoma, adequada, assim, à especificidade do seu objeto. Proviria daí o fortalecimento das abordagens “politicistas” na Ciência Política brasileira: se a Ciência Política brasileira está não apenas se institucionalizando, mas também se autonomizando, como acreditamos que esteja, ela o está fazendo por meio do fortalecimento das abordagens politicistas. E é aqui que o Qualis cumpriria o seu papel determinante na autonomização da Ciência Política brasileira: seriam essas as abordagens – politicistas – predominantes nos periódicos melhor classificados.

É possível cruzar e aproximar três tipos de informação para ilustrar nossa hipótese: (1) **os periódicos brasileiros de Ciência Política mais bem posicionados no Qualis-Capes** (*Dados, Opinião Pública, Revista Brasileira de Ciências Sociais* (A1); *Brazilian Political Science Review, Lua Nova, Revista de Sociologia e Política* (A2)); (2) **a área temática dominante de cada periódico**; e (3) **as classes de abordagens mais frequentes nos artigos publicados nessas revistas** (subjetivistas, empiristas, culturalistas, politológicas, históricas, socioeconômicas, jurídicas, idealistas, teoricistas)²¹.

Fizemos uma análise estatística da produção acadêmica, contemplando o período de 2004 a 2008 a partir dos principais periódicos da área. Ela consistiu em uma investigação sobre tipos de abordagens e áreas temáticas privilegiadas a partir de 364 artigos publicados nessas revistas assim distribuídos:

²¹ Foram identificadas 28 áreas de estudo nos artigos analisados, reunidas em 6 áreas temáticas: (1) Desempenho das instituições políticas e sua influência sobre a qualidade da democracia e dos processos de governo; (2) Valores, atitudes, participação e política; (3) Teoria política, análise de conceitos, história das ideias; (4) Estado, sociedade e políticas de governo; (5) Comunicação política, democracia e processos eleitorais; (6) Relações internacionais. Por sua vez, 36 abordagens teórico-metodológicas (como neoinstitucionalismo, institucionalismo histórico, historicismo, hermenêutica, marxismo, análise de elites, etc.) foram reunidas em classes, com o objetivo de ressaltar o núcleo comum do seu posicionamento teórico-metodológico. As classificações completas podem ser verificadas em Leite (2010).

Tabela 1 – Artigos analisados por periódico

Periódico	Artigos	Fascículos
Brazilian Political Science Review	21	4
Dados	81	20
Lua Nova	60	15
Opinião Pública	72	10
Revista Brasileira de Ciências Sociais	42	15
Revista de Sociologia e Política	88	10
Total	364	74

Fonte: Leite (2010).

Com esse contingente, verificamos (i) as proporções de cada classe de abordagens; (ii) as proporções de cada área temática; e (iii) as distâncias entre todos os elementos, através de uma análise de correspondência.

Começando pelas classes de abordagens, têm-se os seguintes valores:

Tabela 2 – Proporções das classes de abordagens nos periódicos

	Dados	RBCS	RSP	BPSR	Opin. Publica	Lua Nova
Soc.-Econ.	,203	,243	,361	,158	,070	,175
Politológicas	,443	,270	,193	,421	,099	,018
Históricas	,089	,189	,181	,000	,014	,158
Idealistas	,089	,108	,036	,000	,000	,193
Subjetivistas	,089	,027	,060	,158	,225	,035
Político-teóricas	,013	,081	,108	,053	,113	,316
Empirista	,063	,027	,012	,211	,141	,000
Culturalista	,013	,054	,024	,000	,338	,018
Jurídica	,000	,000	,024	,000	,000	,088

Fonte: Leite (2010).

A seguir, conferimos os valores para as áreas temáticas:

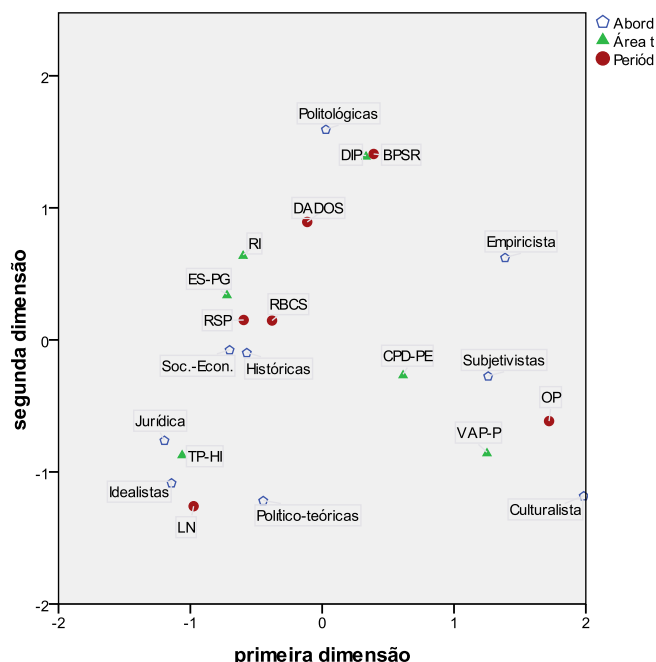
Tabela 3 – Proporções das áreas temáticas nos periódicos

	Dados	RBCS	RSP	BPSR	Opin. Publica	Lua Nova
Desempenho das instituições políticas	,418	,250	,195	,524	,236	,033
Valores, atitudes, participação e política	,139	,200	,103	,143	,639	,200
Teoria política, análise de conceitos e história das ideias	,228	,275	,241	,048	,028	,583
Estado, sociedade e políticas de governo	,177	,250	,356	,143	,028	,150
Comunicação política, democracia e processos eleitorais	,025	,000	,057	,000	,069	,000
Relações internacionais ²	,013	,025	,046	,143	,000	,033

Fonte: Leite (2010).

Considerando as áreas temáticas e as classes de abordagens a correspondência com os periódicos seria a seguinte:

Gráfico 5 – Análise de correspondência entre classes de abordagens, áreas temáticas e periódicos



Notas: (1) Sig. de 0,000; singular value de 0,608 (primeira dimensão) e 0,487 (segunda dimensão). Inércia de 0,369 e 0,237, respectivamente. (2) Significado das siglas: TP-HI = *Teoria política, análise de conceitos e história das ideias*; VAP-P = *Valores, atitudes, participação e política*; CPD-PE = *Comunicação política, democracia e processos eleitorais*; ES-PG = *Estado, sociedade e políticas de governo*; DIP = *Desempenho das instituições políticas e sua influência sobre a qualidade da democracia e dos processos de governo*; RI = *Relações internacionais*.

A nosso ver, considerando as abordagens há quatro posições claras entre os periódicos considerados: *Lua Nova* em um extremo, *Dados* e *Brazilian Political Science Review* em outro, *Revista de Sociologia e Política* e *Revista Brasileira de Ciências Sociais* entre esses e *Opinião Pública* em um extremo equidistante. Assim, identificamos duas oposições principais: (1) entre *Dados* e *Brazilian Political Science Review* de um lado e *Lua Nova* de outro; e (2) entre *Opinião Pública* e os outros periódicos. Essas oposições decorrem (i) da grande proximidade entre os periódicos *Dados* e *Brazilian Political Science Review* e as abordagens *politológicas*; (ii) da grande proximidade entre *Lua Nova* e as abordagens *idealistas* e *político-teóricas*; (iii) da distância entre *Dados* e *Brazilian Political Science Review* e as abordagens *idealistas* e *político-teóricas*; e (iv) da distância entre *Lua Nova* e as abordagens *politológicas* e *empíricas*.

O quadro é semelhante ao considerarmos as áreas temáticas. Temos três extremos. Em um deles, *Lua Nova* aproxima-se de **teoria política, análise de conceitos e história das ideias** (TP-HI). Em outro, *Opinião Pública* aproxima-se de **valores, atitudes, participação e política** (VAP-P). No último, *Brazilian Political Science Review* está mais próxima de **desempenho das instituições políticas** (DIP). Além disso, parece haver mais duas posições destacadas: *Dados* também apresenta uma grande atração com DIP e a *Revista de Sociologia e Política* e, em menor grau, a *Revista Brasileira de Ciências Sociais* aproximam-se da área **Estado, sociedade e políticas de governo** (ES-PG). Estes dois periódicos compõem o centro. Se fôssemos sintetizar as posições identificadas, teríamos o seguinte quadro:

Tabela 4 – Síntese da análise de correspondência entre periódicos, abordagens, classes de abordagens e áreas temáticas

Periódicos	Abordagens	Classes de abordagens	Áreas temáticas
Brazilian Political Science Review	“neoinstitucionalismo”	Politológicas	desempenho das instituições políticas
Dados	“neoinstitucionalismo”	Politológicas	desempenho das instituições políticas
Lua Nova	hermenêutica; teoria política moderna	idealistas; político-teóricas	teoria política, análise de conceitos e história das ideias
Opinião Pública	culturalismo; comportamentalismo	subjetivistas; culturalista	valores, atitudes, participação e política
Revista Brasileira de Ciências Sociais	Heterogênea	Históricas	estado, sociedade e políticas de governo
Revista de Sociologia e Política	heterogênea; elites	sociológicas/econ.; históricas	estado, sociedade e políticas de governo

Fonte: Leite (2010).

Se retomarmos o modelo de autonomização da Ciência Política anteriormente proposto, privilegiando o estudo da política institucionalizada (desempenho das instituições políticas) e abordagens que a tratam como um objeto autônomo (como o neoinstitucionalismo), percebe-se que os periódicos exclusivos de Ciência Política mais bem classificados no Qualis (*Dados*, *Brazilian Political Science Review*, *Opinião Pública*) aderem a essa forma de Ciência Política – o que pode indicar que o Qualis está atuando de modo a recompensar esse modelo de Ciência Política e, indiretamente, à autonomização da disciplina a partir dele.

V. Conclusões

A análise mostrou que o campo da Ciência Política brasileira passa por uma vigorosa expansão e institucionalização, em particular através da fundação de novos programas de pós-graduação. Por sua vez, propomos estar em curso um processo de autonomização que se alicerça em um modelo de Ciência Política que, por sua vez, foca (i) o estudo da política institucionalizada e (ii) a aplicação de abordagens teórico-metodológicas que tratam o “político” assim definido como um objeto autônomo. Isso *pode* implicar que o Qualis esteja atuando como um mecanismo de autonomização da disciplina – talvez o principal – ao valorizar mais os periódicos que privilegiam essa forma de Ciência Política. Resta saber (i) se esse modo de produção de Ciência Política é o *único* que pode construir uma Ciência Política autônoma e (ii) em que medida outras formas podem contribuir ou atuar como obstáculos à sua autonomização. Caberia também indagar se é mesmo *desejável*, segundo critérios científicos, expurgar objetos “políticos” que não focam a política institucionalizada e abordagens que mobilizam fatores heterônomos, como as “societalistas”, “economicistas”, “culturalistas”, entre outras.

REFERÊNCIAS

ABCP. “Notas sobre a reunião a respeito da avaliação institucional da Capes, realizada em Belo Horizonte, 27 de julho de 2009”. *Boletim ABCP*, ago./set., p. 4, 2009.

CAPES. “Qualis periódicos: reestruturação do sistema e classificação dos periódicos em 2008”. *Instrução/DAV*n. 05/2008, 6 de maio, 2008.

_____. *Tabela de Áreas de Conhecimento*. Brasília: Ministério de Ciência e Tecnologia, 2009. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/avaliacao/tabela-de-areas-de-conhecimento>. Acesso em: 17 maio 2013.

_____. *GeoCapes*. Dados Estatísticos, 2011. Disponível em: <http://geocapes.capes.gov.br/geocapesds/>. Acesso em: 3 abril 2013.

FORJAZ, M. C. “A emergência da Ciência Política no Brasil: aspectos institucionais”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 12, n. 35, 1997.

FÓRUM DE COORDENADORES DE PÓS EM SAÚDE COLETIVA. “Nota do fórum de coordenadores de programas de pós-graduação em saúde coletiva sobre o novo Qualis Periódicos”. Documento gerado a partir de discussões realizadas no Fórum de Coordenadores de Programas de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Vitória, 2 outubro, 2008.

HIRSCH, J. E. “An index to quantify an individual’s scientific research output”. *Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America*, v. 102, n. 46, p. 16569-16572, Nov, 2005.

HUBBARD, S. C.; McVEIGH, M. E. “Casting a wide net: the Journal Impact Factor numerator”. *Learned Publishing*, v. 24, n. 2, p. 133-137, 2011.

LAMOUNIER, B. “A Ciência Política no Brasil: roteiro para um balanço crítico”. In: LAMOUNIER, B. (org.). *A Ciência Política nos anos 80*. Brasília: Ed. UnB, p. 407-433, 1982.

LEITE, F. B. *Divisões temáticas e teórico-metodológicas na Ciência Política brasileira: explicando sua produção acadêmica (2004-2008)*. Curitiba. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal do Paraná, 2010.

MICELI, S. “Condicionantes do desenvolvimento das Ciências Sociais”. In: MICELI, S. (org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*. v. 1. São Paulo: Sumaré, p. 91-133, 2001.

REVISTA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA. “Documento da Revista de Sociologia e Política apresentando sua perspectiva a respeito de algumas questões conexas da produção científico-editorial recente”. Documento apresentado 14º Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia, Rio de Janeiro, 22 julho, 2009.

SILVA, A. O. “A sua revista tem Qualis?” *Mediações*, v. 14 n. 1, p. 117-124, jan./jun., 2009.

TRINDADE, H. “Ciências Sociais no Brasil em perspectiva: fundação, consolidação e expansão”. In _____. (org.). *As Ciências Sociais na América Latina em perspectiva comparada*. Porto Alegre: UFRGS, p. 71-169, 2005.